

## **INTRODUÇÃO**

As mudanças climáticas representam uma realidade de inviável prevenção, vez que contemporânea. Nesse sentido, é preciso pensar [e repensar] alternativas para adaptação a essas novas tendências de comportamento da natureza.

Note-se, trata-se de uma realidade aprofundada com o Pós-Revolução Industrial, que se intensificou com a invasão das Américas e a globalização de um modo de operação exploratório-predatório. Isto é, quando do genocídio indígena – sobretudo na região Pan-Amazônica – perderam-se nas Américas as culturas de cuidado e respeito com a natureza, dando lugar a uma tradição europeia de apropriação dos bens naturais [agora, recursos] e degradação de florestas e utilização massiva da fauna e flora.

Nesse sentido, utilizando-se do método hipotético-dedutivo e da pesquisa bibliográfica, o estudo objetiva analisar a memória de uma alteridade ambiental pré-conceitual dos povos originários pan-amazônicos, demonstrando que a projeção do “eu” no meio ambiente viabilizou, por anos, uma tratativa harmoniosa entre o homem da floresta e o meio ambiente. Assim, a partir desses sentidos e significados, questionar-se-á se o resgate da alteridade que se delineia seria método para contornar as mazelas climáticas atuais.

A partir desse contexto, a pesquisa preocupar-se-á em estabelecer considerações acerca dos recentes eventos climáticos, bem como analisar o modo de vida dos povos originários pan-amazônicos, estabelecendo – posteriormente – a conexão entre os caminhos que nos levaram ao colapso do clima e os caminhos que outrora poderiam ter sido preservados e optados para construção de um a realidade distinta.

O respeito e inserção do homem nos sentidos do meio ambiente, abolindo as percepções do “eu” e do “outro” viabilizarão à pesquisa traçar paralelos acerca da urgência da transfiguração das mazelas ambientais a partir da alteração das percepções acerca da natureza e do homem na natureza. Assim, justifica-se a pesquisa pela necessidade de resgate [e reconstrução] de uma alteridade ambiental – a exemplo daquela alteridade dos povos originários pan-amazônicos.

## **2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO CONSEQUÊNCIA DE UM SISTEMA EXPLORATÓRIO-PREDATÓRIO**

A revolução industrial resultou em uma séria transmutação do posicionamento do homem no globo. Isso porque o fenômeno da Acumulação Primitiva tratou de afastar o humano da terra, com o crescimento das práticas predatórias e poluidoras – sobretudo em razão do aumento das demandas de produção e consumo.

O aumento da emissão de gases de efeito estufa, inclusive, foi (e é) responsável pelo atual aumento das temperaturas globais. É o que se confirma com os dados que apontam que, até 2009, ocorreu uma elevação de 0,85° C nos continentes, levando às conclusões de um aumento provável de até 6,4° C até 2100. (SILVA, PAULA, 2009)

Tratam-se de panoramas traçados pela Organização Meteorológica Mundial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que instituiu, desde 1988, o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. “O papel do IPCC é avaliar, de forma abrangente, objetiva, aberta e transparente as informações científicas, técnicas e socioeconômicas relevantes para compreender os riscos das mudanças climáticas induzidas pelo homem.” (JURAS, 2008, p. 35)

Diante dessa realidade já em transmutação, em razão de um novo homem no espaço, diz-se que ocorreu a transfiguração do homo sapiens em homo predador (KALOF, FITZGERALD, 2003). Isso porque é justamente a racionalidade humana que tem acarretado as situações e realidades que aprofundam as mazelas ambientais, como os colapsos climáticos. (JURAS, 2008, p. 36)

Ora, as mudanças climáticas são responsáveis pelo aumento das tempestades, bem como de suas intensidades, alteração dos hábitos da fauna e, principalmente, o derretimento dos polos do planeta – o que leva ao aumento do nível oceânico. A gravidade desses novos cenários é referendada pela previsão de submersão dos pequenos países insulares no prazo de 100 (cem) anos. Ademais, países continentais também devem sofrer com a situação, como é o caso de Bangladesh, que terá cerca de 17% (dezessete) por cento de seu território ocupado pelas águas. (POWERS, 2012)

Note-se que, as mudanças climáticas são uma realidade atual – apesar de desconsiderada por 90% dos empreendimentos (IBRAM, 2016) – e que já é responsável por colapsar a qualidade de vida de inúmeros indivíduos. Não bastasse, o que se nota é que a tendência é de que humanos vulneráveis sejam ainda mais vulneráveis em face das novas configurações climáticas.

Mulheres, negros e pobres estão inseridos em uma linha de fragilidade para enfrentar o aquecimento global, vez que não dispõe de recursos para resistir e se adaptar. Nesse sentido, tornam-se vulneráveis às secas [que impactam nas plantações e

alimentação], deslizamentos de terras, tempestades e indisponibilidade de solo: o retrato do racismo ambiental, que demanda um movimento de produção de Justiça ambiental.

Por outro lado, são justamente os países ricos e os indivíduos mais afortunados que dão causa a volume significativo das mazelas noticiadas pelo globo. Isso porque utilizam-se dos bens e recursos naturais para a promoção de realidades favoráveis, em desconsideração com os efeitos em cascata e consequência na indisponibilização de benesses ambientais universais, na clássica desconsideração de classes. (PINTO, 2018)

As mudanças climáticas se configuram, portanto, como uma realidade de omissão daqueles que não dão causa a elas. Trata-se de um movimento tanatopolítico, de sobrecarregamento de vulneráveis com o peso de atitudes que não lhes dizem respeito - existem, aliás, para a promoção do extermínio. Assim, segue um padrão de estrangulamento e extinção - sobretudo de negros, mulheres, pobres e das populações tradicionais.

Esse contexto, importa frisar, só foi aflorado - ou teve seu processo acelerado - pelo abafamento dos modos de vida desses vulneráveis, sobretudo quando nos referimos aos povos originários. Isso porque é justamente a dinâmica de harmonia ambiental cultivada pelos indivíduos autóctones que representa uma experiência contra-hegemônica em face dos anseios da acumulação primitiva e do capitalismo e si.

Em outras palavras, as mudanças climáticas são resultado do desenvolvimento de uma lógica ecológica oposta àquela notada nas comunidades tradicionais. Isto é, se os movimentos produtivos modernos tivessem se pautado nos modos e vivências tradicionais - ainda que como espectro principiológico, em contramão da experiência capitalista europeia “pura” - outros cenários poderiam ter sido construídos.

É o que pretende demonstrar a pesquisa ao apresentar os padrões de vida e relacionamento homem - natureza, a partir da perspectiva dos povos originários Pan-Amazônicos Pré-Colombianos, como viabilizadora de uma nova realidade climática. E mais, o que explorar-se-á serão os traços de uma dinâmica de alteridade naquela tratativa, que permita a condução de práticas e demandas de uso dos bens ecológicos a partir da orientação e consideração do bem-estar do “outro” (humano ou ambiental) - que na perspectiva tradicional, assume o mesmo lugar e importância que o “eu”.

### **3 POVOS ORIGINÁRIOS PAN-AMAZÔNICOS NA ERA PRÉ-COLOMBIANA**

Diante da realidade das mudanças climáticas, cuja relação é incontrovertida com os padrões de produção e consumo pós-industriais, faz-se necessário discutir se as perspectivas de vida na América pré-colombiana não representariam um avanço em padrões de tratativa com o meio ambiente para alcance do equilíbrio ambiental. Esse questionamento – note-se – se torna possível a partir da hipótese de constatação da existência de um sentido primitivo da alteridade nos comportamentos dos povos originários, o que demandaria maior esforço, respeito e harmonia na conexão homem - terra.

Assim, com vistas na demonstração da pluralidade cultural dos povos Pan-Amazônicos Pré-Colombianos, importam considerações paleontológicas que apontam para a existência de comunidades nativas na floresta há cerca de 11.200 anos (HOMMA, 2003). O desenvolvimento alimentício e a manutenção da vida desses indivíduos era pautada no consumo de frutos, pesca e caça.

Não obstante, Roosevelt (1996) ressaltará que a agricultura indígena Pan-Amazônica desenvolvera-se tão somente há 3.500 anos – cujo início é marcado pelo cultivo da mandioca e milho pelos povos Tupis, sobretudo na região pré-andina. É justamente esse avanço no modo de consumo que viabilizou o desenvolvimento de 2 milhões de habitantes, que tem sua história dividida em quatro fases: “a) Ananatuba, marcada pela ocupação da Ilha de Marajó em 1.000 a.C.; b) Mangueira, com a ocupação da Ilha Caviana até o ano 100; c) Formiga, com ocupação do Lago Arari até o ano 200; d) Marajoara, com refinamento da técnica oleira até o ano 1.350” (SILVA, 2018).

A cultura ambiental Pré-Colombiana era baseada no “conhecimento da cultura da mandioca, o aproveitamento de centenas de frutas nativas, plantas medicinais, técnicas de caça e pesca, corantes, oleaginosas, aromáticos, tóxicas, etc.” (HOMMA, 2003) Tratava-se de uma relação harmoniosa, mergulhada nos sentidos da alteridade – conceito que sequer existiria de forma filosófica – o que viabilizava a estabilização de uma perspectiva sentimental e espiritual com o meio ambiente. É o que mostra a lenda tapajônica acerca do surgimento da mandioca, *in verbis*:

A graciosa filha do chefe indígena, que sempre pautara com rigidez exemplar sua norma de vida, aparece com os sinais evidentes que precedem à maternidade (...) A moça índia se livrou do castigo capital e deu ao mundo, meses depois, uma menina branca, que surpreendeu a todos da tribo e fora dela, por sua extraordinária beleza. Ficou deliberado chamar-se Mani a mimosa criança que desde então foi sempre incensada por todos, que nela viam a futura rainha da tribo. Nessa atmosfera de carinho cresceu Mani com rapidez; ao completar um ano, quando já falava e andava com desembaraço, morre sem um queixume e sem dar mostra de sofrimento. Foi enterrada na casa onde

morava e sua sepultura não deixava de ser carinhosamente regada todos os dias de acordo com a mudança do tempo. Decorridos muitos dias, eis que surge da terra onde repousava Mani uma planta totalmente desconhecida (..) completo o ciclo evolutivo desta, verificaram que ao derredor do estranho vegetal o solo começava a rachar; cavaram-no e encontraram, de permeio com a terra, as grossas raízes carnosas da mandioca. Então, os indígenas, julgando reconhecer o corpo de Mani nas belas túberas que a terra encerrava, as cognominaram de *Manioc*, hoje mandioca. (HOMMA, 2003)

Essas noções contribuíram para uma relação sustentável entre os povos originários. Utilizavam-se tão somente os frutos da época, o que permitia a regeneração ambiental, além do respeito incondicional em face das fêmeas prenhas e ovadas – quando da caça F843B4C9

A roça, após alguns anos de cultivo, era, aos poucos, substituída por outra, permitindo que a clareira aberta fosse novamente invadida pela mata, recompondo-se a fertilidade do solo. Dentro de algumas gerações ela estava apta a dar origem a nova roça, com a mesma capacidade de produção, evitando-se assim que, a longo prazo, o equilíbrio ecológico fosse rompido. (CARVALHO, 2015)

Vale ressaltar, ainda, que tão somente eram utilizadas os vegetais “machos” das espécies, além da escolha constante pelas plantas mais velhas – viabilizando o crescimento das mais jovens. Assim, contribuía-se para uma fertilidade ambiental – o que resultava na sobrevivência harmoniosa das próprias comunidades: as “sociedades de abundância, em que ninguém passava fome, dispendendo, além disso, muito menos tempo do que nós, civilizados, nas atividades que chamaríamos de subsistência.” (CARVALHO, 2015)

Essa relação de cuidado viabilizou a domesticação de inúmeras espécies: “abacate, abacaxi, abóbora, amendoim, batata, caju, feijão, maracujá, pimenta-vermelha, tabaco e tomate.” (NEVES, 2006) Assim, diz-se que, utilizando-se dos aspectos de bem-viver com a terra, os povos originários foram capazes de modular a natureza para garantia da qualidade de vida, sem prejudicar o equilíbrio ambiental. Assim, garantiu-se e reforçou-se a dependência entre homem pan-amazônico e natureza. (NEVES, 2006)

Ora, o que se nota é que a agricultura na Amazônica Pré-Colombiana foi desenvolvida mais por métodos de facilitação do acesso a recursos que pelo desenvolvimento de técnicas próprias para extração. Isso se reforça pela ausência da utilização de facões e machados para a modulação dos espaços – ao contrário, o máximo que se realizavam eram queimadas localizadas em pequenas clareiras para a fertilização do solo da floresta. (NEVES, 2006)

O desenvolvimento dessas práticas acompanhou também o crescimento das produções artísticas, como cerâmicas. Isso porque, a produção maior de alimentos demandava a realização de locais e instrumentos para armazenamento. Isto é, as demandas culturais acompanharam o desenvolvimento dos povos originários junto a terra. (NEVES, 2006)

Os processos de mudança no passado não foram lineares nem previsíveis. É interessante notar que, embora no início do século XVI o maior Estado das Américas, o Império Inca, tivesse seu centro e sua origem no coração da cordilheira dos Andes, todos os focos iniciais de uma importante inovação tecnológica, a produção cerâmica, estão localizados fora da cordilheira, em áreas de terras baixas tropicais. (NEVES, 2006)

Além da modulação de vegetais, os povos originários também se preocuparam em desenvolver técnicas para incorporação de suas atividades junto ao solo – como é o caso da produção da “terra preta de índio”. Essa realidade, note-se, foi notada pela composição do solo amazônico, pobre em nutrientes – o que dificultava a prática da agricultura. O que se promovia, portanto, era o enriquecimento do solo com ossos de animais, o que bastava para neutralizar o pH da terra, garantindo o desenvolvimento social sem maiores intervenções no meio. (NUNES, 2011)

Da mesma forma, a organização das comunidades ocorreu de forma harmoniosa e integrada à natureza, diferentemente dos burgos medievais europeus. Os povos Guarani e Tupi, por exemplo, possuíam casas coletivas que dava origem a uma praça principal – utilizada para encontros sociais. Dentro de cada casa viviam entre 100 e 600 pessoas, que se organizavam em respeito ao outro e ao meio – o que já indica traços de uma alteridade que posteriormente seria verbalizada. (CLASTRES, 1982)

A organização política, por sua vez, era de cacicado – de forma que a concentração de poder na figura do cacique não restringia as garantias do igualitarismo. “Nos cacicados, o indivíduo não é chefe apenas do lugar onde vive. É um poder supralocal, regional, que, no entanto, não se exerce por violência.” (NOGUEIRA, 2010) Assim, era possível a estruturação de organizações de poder em quilômetros de distância com um mesmo cacique. Nogueira (2010) exemplifica bem a centralização de poder ao relatar o discurso do Padre João Felipe Betendorf: “princesa desde seus antepassados de todos os Tapajós, e chamava-se Moacara, quer dizer, fidalga grande, porque costuma os índios, além de

seus principais, escolher uma mulher de maior nobreza, a qual consultam em tudo como um oráculo.”

Ademais, as concepções organizacionais dos povos Pan-Amazônicos em muito se diferenciou das comunidades Andinas, o que contribuiu para uma relação mais sustentável perante o meio ambiente. Isso porque sua estruturação não ocorreu em metrópoles, o que se comprova pela localização de artes distintas em mesmas regiões – indicando a autonomia política e artística das tribos. Ou seja, além de um *modus operandi* diferenciado em face da tratativa com a natureza, a hierarquização social dos pan-amazônicos também era oposta à hierarquização europeia. (NOGUEIRA, 2010)

Ademais, a ocupação amazônica não foi um processo linear e harmônico. Ao contrário, a história daquele povo é marcada por inúmeras crises, com intensas alterações nos padrões econômicos, políticos e sociais. É o que referenda Neves (2018):

Talvez as manifestações mais claras dessa hipótese sejam as súbitas transformações nos padrões de ocupação notáveis a partir de cerca de 2.000 anos atrás. Tais modificações certamente refletem mudanças mais profundas, relacionadas à organização política das sociedades amazônicas do período. Seu aspecto mais visível é o aumento no tamanho, densidade e duração de ocupação nos sítios arqueológicos (...) às modificações nos padrões de assentamento correspondem também sinais de uma verdadeira explosão cultural.

Não obstante, esse fato não implica na conclusão de que a qualidade de vida dos povos originários era inferior à dos europeus na mesma época, por exemplo. Isso porque, conforme leciona Veiga (2005), “os bens de primeira necessidade variam de cultura para cultura e, a cultura é a principal geradora de diferenças.” Ou seja, as perspectivas de relacionamento com a terra e entre os iguais – pautada, principalmente, na consideração do outro – indicam uma lógica distinta e independente do uso de energias, tributos e acumulações de riquezas, o que seria alterado com a invasão das Américas.

O que se percebe é que, a partir daquele momento ocorreu uma desvirtuação dos princípios de alteridade material dos povos originários, em parte pelo genocídio, em parte pela imposição da lógica europeia para sobrevivência. Assim, o relacionamento homem – natureza pautado na harmonia, integração e respeito deu lugar à exploração de madeira, monocultura e extração mineral - o que aprofunda as mazelas ambientais, sobretudo nas perspectivas climáticas.

É nesse sentido que discutir-se-á acerca da alteridade ambiental [e pré-conceitual] dos povos originários da Pan-Amazônia como um instrumento a ser resgatado para transmutação das realidade ecológicas contemporâneas. Isto é, delinear-se-á a lógica

daqueles povos como uma alternativa de rompimento com os padrões predatórios intensificados com a Revolução Industrial e invasão das Américas.

#### **4 DA ALTERIDADE AMBIENTAL DOS ORIGINÁRIOS PAN-AMAZÔNICOS**

As interações dos povos originários pan-amazônicos pautava-se em uma dinâmica de interação do “Eu” ou “Ser” por vias não apropriatórias. Ou seja, a abertura do humano para o meio dava-se pela libertação dos sentidos, e não pelo aprisionamento de percepções - o que se fazia pela observação da natureza, “uma abertura para a alteridade”. (OLIVEIRA, 2010)

O mundo, naquela perspectiva, realizava-se por três esferas, quais sejam, a interação com a natureza, a interação entre os iguais e a interação com a espiritualidade. Rompiam-se as barreiras materiais para estabelecimento de uma relação entre ser e meio natural [que também é composto pelo ser]. (BUBER, 1974) Assim, o que se tem é justamente a ressignificação do meio ambiente como algo além do “isso”, como se referenda:

Pode acontecer que simultaneamente, por vontade própria e por uma graça, ao observar a árvore, eu seja levado a entrar em relação com ela; ela já não é mais um ISSO. A força de sua exclusividade apoderou-se de mim”. (...) “A árvore não é uma impressão, um jogo de minha representação ou um valor emotivo. Ela se apresenta “em pessoa” diante de mim tem algo a ver comigo e, eu, se bem que de modo diferente, tenho algo a ver com ela. Que ninguém tente debilitar o sentido da relação: relação é reciprocidade”. (BUBER, 1974, págs. 7-9)

O “tu” é invocado nas mesmas condições do “eu” [na contramão da lógica cartesiana], o que viabiliza ao “eu”, por vontade ou graça, pretender estabelecer uma relação de toque com o meio [o estabelecimento de uma relação não-violenta]. Ultrapassa-se, nesse sentido, as possibilidades no mundo das palavras. Isso porque o estabelecimento de um relacionamento homem - natureza requer uma sensibilidade não verbalizada - “é necessário que ocorra uma relação de reciprocidade”. (OLIVEIRA, 2010)

Utilizando-se dos conhecimentos de Gadamer (1997), verifica-se que a lógica de alteridade ambiental dos povos originários pan-amazônicos pautava-se justamente em absorver os sentidos e comportamentos ambientais na própria realidade do homem. Isso, note-se, possibilitava a integração entre seres e entre seres e espaço - com a imperatividade da preservação, sob pena de abalar-se a harmonia global.

Somente através dos outros que adquirimos um verdadeiro conhecimento de nós mesmos. (...) Mas é ainda necessário que eu esteja disposto a reconhecer que o outro (humano ou não) tem razão e a consentir que ele prevaleça sobre mim. (GADAMER, Pág. 12-15, 2006)

O ânimo de abrir-se ao meio ambiente possibilitou ao homem pan-amazônico pré-colombiano assumir para si as dores ambientais - e também as responsabilidades. Dessa forma, buscava-se - constantemente - o reconhecimento e aplicação de técnicas e saberes suficientes para suportar a realidade de interação [não diz-se em exploração ambiental, mas em um movimento de comunhão e troca recíproca]. Não mais se fala em homem e natureza, mas em um meio que é a unidade indissociável.

Nesse sentido, a dinâmica de relacionamento dos povos tradicionais pan-amazônicos contribuía para o equilíbrio do sistema ambiental, vez que não alterava os posicionamentos ecológicos. Assim, o que se diz é que a perpetuação desses comportamentos levariam o meio ambiente a uma realidade distinta da que hoje é notada – vez que oposta à dinâmica predatória de transformação do espaço natural.

É nesse contexto que a pesquisa reafirma, por final, acerca da urgência de resgate da memória dos povos tradicionais pan-amazônicos, como método para construir novas perspectivas ambientais. Impera a [re] construção de uma lógica de alteridade que viabilize novas tratativas e relacionamentos “homem – natureza”, de forma que a figura humana seja projetada como parte indissociável do meio ambiente: um ser-em.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As realidades climáticas representam um entrave considerável, que já ameaçam – por exemplo – a própria existência de populações [como é o caso dos pequenos países insulares]. Assim, a importância das discussões acerca do tema se reforça justamente em razão da necessidade de manutenção da vida no planeta.

Tão importante quanto pensar soluções para adaptação frente a essas novas realidades, é a reflexão a respeito dos caminhos que levaram até esses limites. Assim, o que se propôs com a pesquisa foi apontar que a globalização de um sistema de exploração predatória [europeu] foi o principal fator para aprofundamento das mazelas – o que se agrava com o genocídio indígena.

Isso porque, a constatação que se faz é que justamente os povos originários – sobretudo os pan-amazônicos – colecionavam hábitos e modos de vida que viabilizariam

a construção de outra realidade ecológica. Ora, diz-se a respeito de uma alteridade ambiental pré-conceitual, pautada na projeção do “eu” no meio e incorporação da essência humana no ambiente – o que possibilitava uma relação de harmonia e respeito [uma relação não violenta e predatória].

Assim, o que se conclui com o estudo supra é que a reconstrução dos significados e aplicação da alteridade ambiental seria um caminho interessante para a tentativa de reversão e adaptação face as mazelas ecológicas – sobretudo as climáticas. Nesse sentido, o resgate da memória dos povos tradicionais pan-amazônicos importa pelos fins de dignidade e, mais, para fins de sobrevivência do homem no globo – a partir de uma dinâmica integrada e pautada na alteridade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. Trad. Newton Aquiles Von Zuben, São Paulo: Editora Centauro, 5ª Edição, 1974.

CARVALHO, Silvia de. **Os povos da América antes da invasão europeia: Dossiê Terra Indígena**. Fundação Araporã: Araçatuba, 2015.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Trad. Theo Santiago. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1982.

GADAMER, Hans-Georg. O problema da consciência histórica. Trad. Paulo César Duque, Ed. FGV, org. Pierre Fruchon, 3ª Edição, 2006.

HOMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da agricultura na Amazônia: Da era Pré-Colombiana ao terceiro milênio**. Embrapa: Brasília, 2003.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. **Gestão e Manejo de Rejeitos da Mineração**. 1. Ed. Brasília, 2016.

JURAS, Ilidia da Ascensão Garrido Martins. Aquecimento global e mudanças climáticas: uma introdução. **Plenarium**, v. 5, n. 5, p. 34-46. 2008.

KALOF, Linda. FITZGERALD, Amy. Reading the trophy: exploring the display of dead animals in hunting magazines. **Routledge**. London, v. 18, n. 2, p. 112-122, 2003.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Zahar: Rio de Janeiro, 2006.

NOGUEIRA, Pablo. Caçadores da Amazônia perdida. **Unespciência**. Set.2010.

NUNES, Edinaldo Pinheiro. Modelo de desenvolvimento local na Amazônia Pré-Colonial: complexidade cultural e modernidade em sociedades pré-coloniais da Amazônia. **Estação científica UNIFAP**. V.1, n.2. p. 99-109. Macapá, 2011.

OLIVEIRA, Tangre Paranhos. Alteridade Ambiental: a busca de uma relação vinculante entre o sujeito e o ambiente. 2010.

PINTO, João Batista Moreira. **Princípios do Direito Ambiental**. 2018. Escola Superior Dom Helder Câmara, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade (disciplina do Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável). Belo Horizonte, 2018.

POWERS, Ann. Sea-Level Rise and Its Impacto n Vulnerable States: Four Examples. **Louisiana Law Review**, v. 73, n. 1, p. 151-173, 2012.

ROOSEVELT *et al.* Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas. **Science**, v.272, p.373-384, April 1996.

SILVA, José Manuel Azevedo. **O modelo pombalino de colonização da Amazônia**. Universidade de Coimbra, 2002.

SILVA, R. W. C. PAULA, B. L. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. **Terrae Didatica**, Rio Claro, n. 5, p. 42-49, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

